

Título:

O VIÉS DO (NEO) DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL.

Autora:

Maria Helena Elpidio Abreu

E-mail:

lensaeabreu@gmail.com

Vínculo Institucional:

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (Docente) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (Doutoranda)

Resumo

O presente artigo trata de reflexões acerca do cenário atual no qual se evidenciam os debates em torno do (neo)desenvolvimentismo no Brasil e América Latina. Como mediação para este amplo debate, nos instiga a discussão do Território, uma categoria muito difundida e ainda pouco aprofundada no Serviço Social, que se amplia, sobretudo em virtude de sua proliferação no campo das políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Segurança Urbana, Habitação, etc). Na produção bibliográfica, prevalece à tendência de análise e aplicação fragmentada do tema do Território, enfatiza-se a particularidade dissociada da análise da totalidade histórica como unidade dialética e contraditória da sociedade. Desponta neste sentido, uma leitura linear e subordinada de desenvolvimento no horizonte capitalista, reforçando a noção comparativa entre os Territórios, aprisionada ao velho etapismo tão apregoado nos quadros do liberalismo clássico, favorável à hegemonia burguesa e ao discurso neocolonizador e imperialista. Diante deste desafio, buscamos travar um breve diálogo com autores da tradição marxista, como aproximações teóricas para uma formulação crítico-dialética acerca da concepção do *Território*. Busca-se desse modo, a construção de um referencial capaz de *desvendar as ciladas teórico-práticas e apontar caminhos* mais seguros na abordagem deste tema complexo e pouco explorado entre nós, a fim de *enfrentarmos as armadilhas e muros que cercam o debate sobre o Território no Serviço Social*.

Palavras-chave: Serviço Social, Território, (Neo)desenvolvimentismo, Pensamento Crítico.

Abstract

This article deals with reflections on the current scenario in which they highlight the debates around the (neo) developmentalism in Brazil and Latin America. As a means to this broad debate, stirs in the discussion of the Territory, a category still widespread and little depth in social work, which grows mainly because of its proliferation in the field of social policy (Social, Health, Urban Security, Housing, etc.). In the production literature, the prevailing trend analysis and application of the theme of the fragmented territory, it emphasizes the particularity of the coupled analysis of all historical and dialectical unity and contradiction of society. Topping this sense, a linear reading and dependent capitalist development on the horizon, reinforcing the notion comparing the Territories, imprisoned the old stages so hyped in the tables of classical liberalism in favor of bourgeois hegemony and neo-colonials and imperialist discourse. Faced with this challenge, we seek to catch a brief conversation with the authors of the Marxist tradition, as approximations to a theoretical formulation about the critical-dialectical conception of the Territory. The aim is thus to build a framework able to uncover the theoretical and practical pitfalls and point out the safest ways to address this complex issue between us and little explored in order to face the traps and walls that surround the debate on the Territory Social Work.

Keywords: Social Work, Territory (Neo) developmentalism, Critical Theory.

Área temática:

O Serviço Social e o Desenvolvimento.

O VIÉS DO (NEO) DESENVOLVIMENTISMO NO DEBATE SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer algumas reflexões acerca do cenário atual no qual se evidenciam os debates em torno do (neo)desenvolvimentismo no Brasil e América Latina. Como mediação para este amplo debate, nos instiga a discussão do Território, uma categoria muito difundida e ainda pouco aprofundada no Serviço Social, que se amplia, sobretudo em virtude de sua proliferação no campo das políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Segurança Urbana, Habitação, etc).

Por trata-se de um debate que ganha fôlego nos últimos anos com a conformação das políticas sociais induzidas no seio do pensamento neoliberal, nota-se que as formulações profissionais apresentam-se muitas vezes enviesadas, apontando a questão do Território, mais como aplicabilidade de instrumentos/técnicas, do que como categoria analítica (o que expressa a dicotomia teórico-prática), além de expressar a direção do pensamento conservador presente nas análises que envolvem o tema. Sabemos que neste refluxo histórico, as políticas sociais tendem a se encolher aos horizontes de uma reprodução funcional aos interesses imediatos da classe dominante pela via da manipulação dos aparelhos burocráticos, de gestão e controle sobre a classe trabalhadora. Este movimento amplamente debatido na categoria, não nos isenta das contradições presentes no debate acerca dos Direitos Sociais, que nesta quadra, nos termos de Harvey (2008), representa

Viver sob o neoliberalismo significa também aceitar ou submeter-se a esse conjunto de direitos necessários à acumulação do capital. Vivemos, portanto, numa sociedade em que os direitos inalienáveis dos indivíduos (e, recordemos, as corporações são definidas como indivíduos perante a lei) à propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a toda outra concepção concebível de direitos inalienáveis. (p.194)

Desse modo, partimos do pressuposto de que quando se valoriza o debate em sua imediatividade, sem adensar ou “encharcar” tal conteúdo do exame crítico do real, que na tradição marxista, só se faz possível na busca da essência do fenômeno que é forjado no movimento de produção e reprodução da vida social, podemos cair na armadilha do controle e da produção de reflexões e ações voltadas para a mera execução e a operacionalização de políticas sociais (NETTO, 2005). No caso do Território, esta tendência se materializada pela inclinação para o uso de indicadores e leituras diagnósticas da situação sócioeconômica, política e cultural da população, objetivando o gerenciamento e a melhoria das condições consideradas desfavoráveis do “público/segmentos sociais”, visando a sua contingência.

Este viés encontra ainda vigor nas tendências ao regionalismo, à municipalização e ao poder local, que são facilmente capturados como elementos de apologização da democracia e da participação, capitulados muitas vezes pela via das normativas institucionais fortemente influenciadas pelos Organismos Internacionais. Neste processo, reforça-se a fragmentação e a segmentação sócioespacial das demandas dos trabalhadores, perde-se a dimensão da construção do espaço pela via do movimento das forças produtivas na dinâmica das classes sociais. Sob esta primeira perspectiva indicada, a discussão do Território se torna também funcional e integracionista, pois reclama a inserção

imediate das comunidades e seus sujeitos na dinâmica e nos fluxos da produção e reprodução da vida social no atual estágio do capitalismo.

Por isso, este movimento, apoiado na retórica do “Desenvolvimento” precisa ser elucidado à luz do movimento do real, sem perder de vista os novos elementos que constituem esta fase do capitalismo maduro e financeiro. Este será o esforço teórico-reflexivo neste artigo.

Vale chamar a atenção que a ausência da densidade e exame crítico sobre a categoria Território, tem no seu bojo os traços da contrarreforma do Estado e do neoconservadorismo como expressões da contemporaneidade, dentro e fora do Serviço Social.

Assim, para contribuir com o adensamento teórico acerca da categoria Território, apresentaremos brevemente elementos do desenvolvimento sócio-histórico da profissão nos últimos 30 anos, marcados pelo processo de ruptura com o conservadorismo e construção do projeto ético-político, com a finalidade de situarmos a direção dos fundamentos teórico-metodológicos que orientam a profissão. Como questão central temos então *a apropriação da categoria Território no serviço social: as tensões entre as orientações das políticas sociais e os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a profissão.*

Assim, na segunda sessão traremos os traços predominantes na produção acadêmica do Serviço Social em relação ao Território. Já no terceiro e quarto itens do artigo traremos algumas contribuições a partir da leitura de autores marxistas acerca da concepção do Território, calcada no processo de produção e reprodução da vida social, considerando o processo de acumulação primitiva e no atual estágio das forças produtivas, considerando em especial, a inserção do Brasil e América Latina no contexto de crise do capital e neoliberalismo.

Daí a importante mediação com o debate sobre o neo-desenvolvimentismo, uma vez que apesar das transformações em curso, a historicidade não nos permite negar traços ainda prevaletes da dependência na formação social brasileira. Já que exploração dos trabalhadores se dá tanto pela apropriação do mais valor, como pela via do consumo, pois *“geram-se enormes contingentes de populações disponíveis, conservadas como força de reserva, em condições subumanas, mas dependentes do mercado para a sua subsistência”.* (FONTES, 2010, p.204)

Diante dos desafios hoje colocados ao pensamento crítico da esquerda, pensar esta realidade nos coloca diante da possibilidade de continuarmos com a tarefa histórica de transformação do mundo. Uma vez que

A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos. A maneira como estão se desenvolvendo a democracia, a reconversão econômica e a integração na América Latina, e seus reflexos no âmbito político, estão longe de corresponder aos nossos desejos. Isto nos exige assumir nossas responsabilidades para com os povos da região e nos esforçarmos para sinalizar-lhes um caminho melhor. (MARINI in STÉDILE e TRANSPADINI, 2010, p.235)

1. O SERVIÇO SOCIAL E A EMERGÊNCIA DO DEBATE SOBRE TERRITÓRIO NO CONTEXTO ATUAL DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO TARDIO

É notável, como nos últimos anos, há um crescimento expressivo das intervenções com bases em políticas sociais Territoriais e Territorializadas. Entretanto, a afirmação que indica a ampliação deste debate no capó da intervenção, não tem sido acompanhado nas produções acadêmicas e reflexões teóricas na área do serviço social (como veremos a seguir). Muitas vezes, a questão do Território é reproduzida e apreendida em meio a um conjunto de “conceitos e metodologias” com forte inclinação ao reducionismo tecnicista característico da focalização das políticas sociais em tempos de capitalismo tardio. Lefebvre (2008), aponta para os limites dessa tendência hegemônica na discussão “fragmentada” do *Espaço*, base para compreensão do Território

As contradições do *espaço* não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especialmente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o *espaço* da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo solo, que se generaliza por todo o *espaço*, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em Segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio estado. Existem conflitos inevitáveis entre o *espaço* abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o *espaço* imediato, percebido, vivido e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores do *espaço*. (LEFEBVRE, 2008, p. 57)

Com esta compreensão, entendemos que a discussão sobre o Território extrapola a dimensão “stricto” do tema e nos reporta à dinâmica do modo de produção capitalista e sua apropriação do *espaço* no momento atual de crise do capital, daí a fundamental importância de abordá-la no bojo do debate sobre a teoria social crítica. Uma vez que,

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais de mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser mais bem entendido. (HARVEY, 2006, p. 193)

Diante do exposto, neste debate proposto sobre o Território e sua apreensão no serviço social, interessa-nos elucidar qual a direção teórica desta apropriação nos últimos anos, bem como evidenciar por meio do referencial crítico-dialético a impossibilidade de separação da leitura e análise sobre o Território, de uma análise mais profunda das relações sociais de produção capitalista, coerente com os princípios teórico-metodológicos da profissão nos últimos 30 anos, que se apóia na tradição marxista, pois como afirma Netto (2009),

O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição* (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele suas múltiplas determinações.[...] Porque procede pela descoberta das determinações, e porque, quanto mais

avançada na pesquisa, mais descobre determinações – conhecer teoricamente é (para usar uma expressão cara ao Professor Florestan Fernandes) saturar o objeto pensado com suas determinações concretas – [...]. (NETTO, 2009, p.689).

É sabido que o Serviço Social tem como principais referências nesses últimos 30 anos, a construção da ruptura teórica e política da profissão com a sua gênese e desenvolvimento com base no conservadorismo e o processo de constituição e maturação do Projeto Ético-político. Segundo Iamamoto, *o processo de renovação crítica do serviço social é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise e da ditadura militar: a ditadura do grande capital* (IANNI: 1981 apud IAMAMOTO, 2009, p. 18).

As lutas democráticas da década de 80, com as fortes manifestações populares pela garantia da democracia e dos direitos sociais que culminaram com as conquistas da CF 1988, serviram de campo fértil para adensar a direção ético-política de defesa dos interesses da classe trabalhadora, tendo como marco o Congresso da Virada de 1979.

A incorporação da categoria ontológica *Trabalho* como eixo fundante de análise da profissão e sua especificidade na sociedade capitalista, bem como a compreensão da *Questão Social* engendrada e agravada no bojo deste modo de produção burguês e seu modelo de exploração e dominação humana, possibilitam ao serviço social conquistar o estatuto de maturidade intelectual, a liberdade acadêmica, a expressão política e a capacidade interventiva necessárias para sustentar a ação profissional crítica e coerente com seus princípios *“fazer as pazes com a história”* (IAMAMOTO, 2007), compreendendo o serviço social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, com suas contradições e possibilidades efetivas de ação profissional na arena das relações sociais.

Portanto, é na dimensão teórico-metodológica calcada no marxismo, que ganhamos o terreno fecundo no trabalho, na formação profissional e na organização profissional e, dialeticamente, na produção de conhecimento na área, que permitiu ao serviço social brasileiro construir a direção social da profissão na atualidade. (IAMAMOTO, 2009).

Esta trajetória, forma então, as bases para a constituição do denominado Projeto-ético do Serviço Social (PEP), materializado e expresso pela categoria por meio das elaborações coletivas e democráticas dos instrumentos que sustentam este Projeto, a saber: a) Na dimensão jurídico-normativa: o código de ética profissional de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e o conjunto de garantias sociais garantidos nas legislações e na CF; b) na dimensão formativa: O projeto de formação profissional calcado nas diretrizes curriculares, a produção do conhecimento e o direção social da graduação e pós-graduação e; c) a dimensão político-organizativa: com o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. (BRAZ e TEIXEIRA, 2009)

É importante ressaltar que no contexto atual é necessário apreender as múltiplas determinações societárias que incidem indiscutivelmente sobre o trabalho profissional na atualidade, pois a face deste contexto traz em si, o “horror da barbárie” da mercantilização de todas as coisas, encobertas pela face do pensamento pós-moderno, instalado nos últimos 30 anos com séria ampliação das refrações da questão social. (IAMAMOTO, 2008).

Neste sentido, autores/as importantes como Meszáros (2003), Chesnais (1996 e 2003), Mota (2009), Behring (2003 e 2009), Oliveira (2003) e Iamamoto (2007 e 2009) e Anderson (2004), dentre outros, têm evidenciado o momento de *Crise do capital*, que nos

limites desse artigo, apenas trataremos de forma pontual, procurando extrair desta discussão os seus elementos centrais para compreensão da conjuntura na qual se desenvolve a sociedade e nesta dinâmica o próprio Serviço Social.

Mota (2009) busca explicar a “crise” - já apontada por Marx ao abordar a lei geral da acumulação capitalista - da seguinte forma, *“as crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas”*. (MOTA, 2009, p. 53).

A crise atual do capital é considerada a mais longa das crises de acumulação capitalista (Chesnais, 1996), cujas expressões mais emblemáticas se configuram na redução da taxa de lucro do capital, provenientes das reduções das operações comerciais de capitais, acúmulo de mercadorias, estagnação da produção, redução de preços e salários. Este movimento acirra drasticamente o agravamento das expressões da questão social, atacando centralmente o mundo do trabalho, portanto, a centralidade da produção e reprodução da vida social. Mota (2009) adverte que este ataque reside na ampliação do desemprego estrutural, na desregulamentação do trabalho, no crescimento do trabalho informal, no desemprego, ou seja, nas diversas formas de precarização e perda das conquistas dos direitos do trabalho do período *fordista-keynesiano*. Com estas limitações concretas da base material, a classe trabalhadora sofre frontalmente em seus processos organizativos de lutas e resistências, diante da força desmobilizadora das classes dominantes. Ainda sobre o processo e os impactos da reestruturação produtiva sob a vida da classe que *vive do trabalho*, Oliveira (2003) afirma o seguinte

O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. Daí, termina a variabilidade do capital antes na forma de adiantamento do capitalista. É quase como se os rendimentos do trabalhador agora dependessem do lucro dos capitalistas. Disso decorrem todos os novos ajustamentos no estatuto do trabalho e do trabalhador, forma própria do capitalismo globalizado. (OLIVEIRA, 2003. p.136)

Por parte da burguesia, a saída da crise prolongada do capital tem passado por um conjunto de medidas no âmbito da gestão da produção e do trabalho (exponencial exploração, intensificação do trabalho de forma combinada e formação de consensos e pactuações¹), associadas às novas formas de organização da propriedade privada (grupos internacionalizado com capital transnacional), ergueram-se apoiadas no desenvolvimento do monetarismo e do neoliberalismo como salvaguarda à taxa de lucros do capital mundializado.

Ao tratar em especial da relação do Estado com o capital, Behring (2003 e 2009) elucida que o movimento de *contra-reforma* presente no Brasil e no mundo, é engendrado na medida em que o Estado amplia sua capacidade de implementar “reformas orientadas para o mercado”, direcionando o fundo público para as demandas do grande capital, por meio de ajustes fiscais, mercantilização de áreas antes não exploradas pelo capital (setor de serviço como educação, saúde, previdência e infra-estrutura) e pelos aportes e investimentos diretos no setor financeiro e produtivo. Nos termos da autora, *“Para legitimar a barbárie”*, temos ainda como componente instituído, *“um suporte ideológico que envolva em um véu de fumaça as conseqüências desastrosas desse projeto ao norte e ao sul do*

¹ Movimentos supra-classista, que responsabiliza o trabalhador e o capitalista no mesmo patamar, para superação da crise – vale registrar que o pagamento desta conta tem sido maior para os trabalhadores. Elementos apontados por Mauro Iasi e outros no XII CBAS (2010).

Equador, promovendo o que Santos chama de “a confusão dos espíritos (p. 78)”, provocada pela difusão do pensamento pós-moderno, considerado por Jameson (1996) como ideologia do neoliberalismo.

Cabe ressaltar neste sentido, que a difusão do pensamento pós-moderno neste contexto, torna-se conveniente e propício, pois esta tendência parte da crítica ao racionalismo moderno e se auto-proclama “novo paradigma científico”, capaz de apontar para os limites e impossibilidades de efetivação dos ideais burgueses na sociedade capitalista, dentre os “fracassos” da modernidade, encontra-se a própria ciência.

Daí, toda negação de explicações baseadas em perspectivas totalizantes que se constituiriam como metanarrativas. Em um “emaranhado de abordagens” o pensamento pós-moderno tem em comum, a negação da historicidade, da existência de uma classe social como sujeito histórico e revolucionário, bem como a negação do trabalho e da base material como forma de produção de reprodução da vida social.

Portanto, trata de um conjunto de respostas “formal-abstrata” às complexas questões colocadas neste estágio do capitalismo. Assim, o “pós-moderno se coloca como respaldo ideológico muito conveniente ao desenvolvimento das impactantes mudanças em curso explicitadas anteriormente, de modo a criar uma sociabilidade pautada em valores individualistas do “cidadão de novo tipo”, o consumidor. Simionatto (2009) afirma que

A razão dialética até então afirmada como instrumento por excelência para se analisar a realidade social, é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de explicação do mundo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na idéia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir de perspectivas totalizantes. [...] as interpretações do pensamento pós-moderno detêm-se na visão distorcida do real, apanhado apenas em sua manifestação imediata. (SIMIONATTO, 2009, p. 93)

Como vimos, os desafios são muitos à profissão e à produção de conhecimentos na área, uma vez que o pensamento pós-moderno carrega em sua matriz os traços marcantes da racionalidade funcionalista e positivista, que alimentaram e ainda alimentam as tendências neo-conservadoras inseridas no interior da profissão (SANTOS, 2007). O pós-moderno, resguarda a proliferação de formas de apreensão de conteúdos e da própria realidade estranhos à tradição marxista que muito embora, sempre estiveram presentes entre nós, mas que neste contexto, ganham maior expressão por meio de produções acadêmicas e práticas profissionais que reforçam o gerenciamento da pobreza, a psicologização e criminalização da questão social, muito bem apontados por Lamamoto ao sugerir o anunciado retorno prevalente do “fatalismo” do serviço social. Dentre esta gama de “conceitos e práticas”, podemos seguramente afirmar que se encontra o debate sobre Território, confundido muitas vezes como sinônimo de *comunidade*.

2. O DEBATE SOBRE O TERRITÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL: diálogo introdutório sobre as produções, as perspectivas teóricas, as tensões e os desafios deste tema.

O debate da temática do *Território* comparece das formas mais variadas no seio profissional. Por entender ainda, que o tema, embora esteja posto nas áreas da sociologia, geografia, economia e arquitetura, a sua apropriação imediata não dá conta das

particularidades da profissão. Este estudo mediatizado pela apreensão, produção e do Serviço Social sobre o tema poderá trazer reflexões importantes, que até então, é uma lacuna em nossa área. Principalmente, quando observamos o crescimento desta discussão entre nós, sem o devido exame crítico de sua origem. Ficam-nos algumas indagações sobre o processo de apreensão e análise da categoria Território pelo Serviço Social, tais como: Qual a direção teórica que sustenta o debate sobre Território? Qual a funcionalidade e conseqüentemente, os rebatimentos dessa apropriação no exercício e na formação profissional?

Cabe destacar que objetivamos neste primeiro momento de elaboração teórica, apenas trazer de um modo geral as principais abordagens feitas no Serviço Social brasileiro nos últimos anos sobre a categoria *Território*. Esta identificação preliminar foi realizada a partir de um levantamento inicial das publicações de maior circulação nacional (livros, artigos de revistas e anais) e produções acadêmicas (teses e dissertações) que tenham como foco central o debate em questão.

Ressaltamos assim, que nos limites de um *paper*, não se pretende hierarquizar ou dogmatizar o debate, mas no exercício do *pluralismo*² presente na profissão, distinguir os projetos em disputa. E ainda, trazer a este debate inicial, as possibilidades de discussão pela via do exame crítico e coerente com o PEP, balizados pela tradição marxista, e assim, reafirmar o compromisso profissional também no campo da produção de conhecimentos, tendo em vista a contribuição para o exercício e a formação profissional, na medida em que nossa busca consiste em problematizar *as armadilhas e os muros que cercam o Território*.

Nossa pretensão é desenvolver um raciocínio que remonte o período mais recente, caracterizado pelo fim do *welfare state* e ampliação do processo de financeirização do capital que se estende por todas as esferas da vida social, impactando na conformação de políticas públicas e na organização dos trabalhadores para a superação do sistema de dominação capitalista. Assim, as abordagens do Serviço Social sobre o Território ocorrem de mais expressiva nos últimos anos, sobretudo no campo de respostas à implementação de políticas públicas e enfrentamento à questão social.

Encontramos em nossa pesquisa bibliográfica 03 (três) principais tendências detectadas na produção da última década, como já dissemos, sem a intenção de criar “rotulações e/ou classificações entre elas. Dentre as abordagens evidenciam-se alguns traços iniciais que marcam a perspectiva teórico-metodológica que situam os estudos sobre a categoria *Território*, alguns deles se entrecruzam em alguns momentos das abordagens, que certamente precisarão de maior tratamento e aprofundamento no decorrer da pesquisa de doutorado. São elas: a abordagem centrada no Território como espaço de ação das políticas públicas como mecanismo estratégia de desenvolvimento de metodologias de gestão e democratização com base em sua *territorialização*; a discussão do *Território* no bojo das produções relacionadas às políticas urbanas, poder local e lutas sociais da classe trabalhadora com referenciais do materialismo histórico, onde o Território aparece como uma das mediações para produção do conhecimento nessas áreas específicas; e uma terceira abordagem, ainda muito incipiente, que preocupa-se com a apreensão do debate *em si* sobre o Território como uma categoria analítica a ser aprofundada sob o viés da tradição marxista e por meio de seus autores contemporâneos. Esta última perspectiva ajuda a problematizar a incorporação do debate sobre Território no campo das políticas sociais e do Trabalho.

² Nos termos desenvolvidos no artigo clássico de Coutinho, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS nº 4. Ensino em serviço social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

Até o presente, os caminhos de nossa pesquisa nos permitem constatar inicialmente que há uma escassez deste debate no Serviço Social no campo marxista, o que por si já demanda o aprofundamento de estudos na área. Fica-nos como hipótese a serem verificadas *a posteriori*: que estamos diante de uma predominância no debate sobre o Território, das abordagens sob o viés das políticas sociais com a funcionalização e aprisionamento no campo institucional das práticas territorializadas, que confunde o debate e o despolitiza, reduzindo-o a uma mescla perversa da “dança dos conceitos” pautados nos referenciais franceses (tecnocráticos integracionistas) e a predominância de metodologias aplicadas pelo Banco Mundial de intervenções sobre o Território para solução de “problemas urbanos.

Outra nuance verificada no levantamento da produção na área de serviço social, dá conta na “crença revolucionária” do território e do poder local como base nas formas de trabalho imaterial e produção da cultura para a superação da luta de classe, margeando a discussão funcionalista da lógica do DELIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável). Ambas podem servir de “armadilhas e muros” que cercam o debate sobre o Território, no lastro pós-moderno e suas vertentes neoconservadoras, que se espraiam sob diversas roupagens também no meio profissional.

Se tais reflexões são pertinentes, cabe-nos ainda a aproximação em torno do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e sua influência sobre a realidade socioeconômica do Brasil, uma vez que até aqui nos foi possível perceber que o debate acerca do Território não deve restringir-se ao campo de domínio técnico, tão difundido pela lógica de planificação e controle das distorções e desigualdades geradas no interior do capitalismo. Desse modo, parece cabível apresentarmos em linhas gerais a forma encontrada pelo capital para a manutenção da taxa de lucratividade e de produção do capitalismo em tempos de Crise do pós 70.

3. O (NEO)DESENVOLVIMENTISMO COMO “PANACÉIA”: VELHA RECEITA PARA UM NOVO CONTEXTO

O interesse em trazer a reflexão acerca do (neo)desenvolvimentismo como mediação para os estudos sobre o Território, reside sobretudo, na forte tendência já assinalada neste artigo do uso pragmático do termo de forma indiscriminada no campo das políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Habitação, etc). Ainda mais, quando esta tendência vem repleta do receituário conservador explicitado pelo neoliberalismo, onde

Aloja-se a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, permitindo que o existente se transforme em ideal, e sitiando, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios. (MOTA, 2010, p. 60)

O Território compreendido nesta perspectiva, tem sido abordado como espaço político e geográfico, onde há uma clara defesa da territorialização das políticas sociais, de modo a considerar as especificidades locais. O debate do Território, segundo Koga (2003) passa pelo exercício da cidadania, “*pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder.*” (p. 33) A autora enfatiza ensinamentos da escola da geografia social francesa, que se apóia nos “*conceitos de espaço de vida e espaço vivido, fundamentando a concepção de território sob aspectos de sua materialidade e de sua representação pelos homens.*” (p. 36)

Sob esta perspectiva, para a autora as práticas cotidianas de construção do espaço de vida, moldam as relações e dão o contorno à realidade de cada território, mostrando seus limites e dificuldades (desigualdades e conflitos), mas evidenciando as suas potencialidades na “*dinâmica construtiva, em que os aspectos material e imaterial se colocam de forma indissociável e cotidiana.*” (p.37). A totalidade histórica e questão social são abordadas na sua generalidade, decorrente dos atravessamentos da constituição de políticas públicas no Brasil, onde é inegável os conflitos decorrentes do modo de produção capitalista

Koga (2003) evidencia as noções de cidadania e comunidade, apoiada em Boaventura de Sousa Santos que propõe como referencial de compreensão do território com base nas “constelações de relações sociais”, que envolve “*as relações entre Estado e cidadãos, e nele se gera uma forma de poder, de dominação, que estabelece a desigualdade entre cidadãos e Estado e entre grupos e interesses politicamente organizados*” (p. 63).

Apoiada em Castels (1998) em sua “Metamorfoses da questão social”, a autora define como eixo central a leitura do Território como estratégia de superação das desigualdades e da exclusão e que a negação das particularidades de cada território, servem à negação da cidadania, tendo em vista que

O “déficit de lugares” são concretos e revelam a face dos lugares da cidadania, que medidas socioterritoriais podem contribuir para um maior aprofundamento de análise desse processo em curso nas sociedades marcadas pelas desigualdades sociais, trazendo um novo aporte analítico para as condições de vida reais e para a relação território usado, do ponto de vista da cidadania e das políticas de redistribuição no enfrentamento das desigualdades. (KOGA, 2003, p. 80)

Desse modo, busca apropriar-se do debate sobre o *Território* levando em consideração metodologias de leitura territorial com base no geoprocessamento de informações para mapeamento de demandas por políticas públicas, bem como instrumento de monitoramento e avaliação da implementação de políticas, em especial, a de assistência social.

Apesar da busca de evidenciar os prejuízos e conservadorismo presente no caráter focalista das políticas sociais e defender a ampliação do acesso às políticas públicas para superação das desigualdades socioespaciais, nas pesquisas da autora ao longo dos anos, fica latente a dimensão do debate voltado para aperfeiçoamento da gestão das políticas territoriais, no bojo da municipalização das políticas, da focalização em grupos vulneráveis e do gerenciamento de recursos, como forma de atendimento mais imediato das demandas da classe trabalhadora.

Com base no exposto, foi possível constatar que a abordagem ao Território se faz em grande parte fragmentada e distante de aproximações analíticas sobre o estágio atual das forças produtivas e elementos da economia política (lei geral da acumulação), como chave para a busca da superação do modelo de sociedade capitalista.

Em contrapartida a esta dimensão reducionista, encontramos uma vasta produção que nos permite realizar uma compreensão mais ampla para a dinâmica do Território, sua apreensão teórica e intervenção na realidade com base na articulação entre particularidade e totalidade,.

Nesta lógica, são muitos os estudos que contribuem para a compreensão da crise do capitalismo tardio e a financeirização da economia mundial, bem como as saídas

encontradas pelo capitalismo para a manutenção das taxas de lucros (MESZÁROS, 2005; CHESNAIS, 2003; FONTES, 2010; HARVEY, 2008 e 2009; dentre outros). Desvelar este cenário se torna primordial para qualquer leitura sobre o Território.

Os autores abordam a partir dos aspectos da crítica marxista da economia política que a manutenção do capitalismo permanece sob a lógica permanente de expansão de capitais para aumentar os níveis de acumulação e valorização capitalista, o que está sendo garantido por meio da superexploração do trabalho, das novas tecnologias da intensificação do trabalho, da quebra de parte das barreiras dos estados nacionais, da expansão da economia para países até então “periféricos” associados à forte ofensiva do pensamento neoliberal como racionalizador da relação Estado sociedade.

Todos esses processos incidem diretamente na vida da população em geral, que sofre cotidianamente com o desemprego, a pauperização, a falta de acesso aos bens e serviços. Historicamente os trabalhadores desses países de economia desigual e inserção subordinada são responsáveis por sustentar a riqueza dos países de capitalismo avançado. Sobre este aspecto, Fernandes (2009) assevera que

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (FERNANDES, 2009, p. 34)

O profundo debate sobre as teses da Teoria da Dependência (no período desenvolvimentista e ditatorial) trouxeram um debate profícuo sobre a inserção do Brasil e AL na dinâmica mundial capitalista. No entanto, a forte retomada do chamado (neo)desenvolvimentismo que assistimos nos últimos governos brasileiros tem como tendência a imagem do desenvolvimento como parte de um contínuo “progresso” capaz de superar as mazelas do processo irreversível de produção capitalista. Nesta direção,

Na América Latina, de modo geral, o desenvolvimento dessa etapa do capitalismo se deparou com condições históricas particulares, principalmente no que diz respeito aos projetos de governantes que durante as eleições realizadas nos anos 90 – auge da expansão do capital parasitário – construíram discursos que tinham como pilares fundamentais o crescimento econômico com desenvolvimento social. Não obstante tal programática, os países da região não puderam fugir do movimento de internacionalização da economia, incorporando-se à dinâmica mais geral dos processos especulativos. (MOTA, 2010, p. 37)

E ainda,

Entre outras propostas, os adeptos desse novo desenvolvimento consideram que algumas políticas e ações são mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a questão da desigualdade, agora com foco na discussão da *oportunidade*. Assim, tais iniciativas devem: promover a redução da desigualdade com redistribuição, reconhecimento e representação; propiciar o investimento em políticas sociais e educacionais como fatores estratégicos no sentido da inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhoria da distribuição de renda, no sentido de minimizar as assimetrias das desigualdades causadas pela globalização do mercado (MOTA, 2010, p. 43)

Diante das considerações arroladas fica latente que os limites do modo de produção capitalista encerram qualquer possibilidade de desenvolvimento que seja destinado ao humano em detrimento da acumulação do capital. As tragédias da fome, do desemprego, conflitos ambientais e urbanos confirmam todos os dias o seu esgotamento como indutor de uma sociabilidade sequer sustentável.

O que está em jogo é o esgotamento deste modo de produção ou a própria existência da humanidade, não em seu sentido “profético”, mas na dimensão das possibilidades de realização do humano genérico. Vale lembrar ainda que as desigualdades são geradas pelo capitalismo, e não pela sua ausência; como tentam sugerir os apologetas do Desenvolvimento.

4. TEORIA SOCIAL CRÍTICA COMO VEIO CONDUTOR DE ANÁLISE SOBRE O TERRITÓRIO

Na nossa concepção, a discussão que pretendemos trazer sobre a categoria *Território*, poderá contribuir de certa forma para o debate profissional, na medida em que além de elucidar as tendências presentes na produção profissional, pretendemos apresentar com o desenvolvimento da pesquisa, a possibilidades de uma sistematização, interpretação e análise sobre a categoria *Território*, coerentes com o marco teórico-metodológico que orienta a profissão, o marxismo.

Para este processo, buscamos autores como Engels (1961), Harvey (2003 e 2005), Lefebvre (1999, 2008 e 2009), Milton Santos (2005, 2008 e 2010) e Ianni (2008) com reconhecida contribuição e que servem de referências para todas as áreas do conhecimento sobre a discussão que envolve o *Território* no campo marxista.

Vale registrar, que optamos por não seguir um modelo esquemático de apresentação de um quadro conceitual. Daí, nosso esforço aqui será o de explicitar elementos analíticos centrais, à luz da teoria marxista, para construção de uma concepção acerca do *Território*, em direção à orientação ético-política e teórico-metodológica que orientam o Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Retomamos como princípio a afirmação de Lefebvre (2008) uma vez que *“Aqui se encontra a grande idéia de Marx: o conhecimento científico da sociedade existente coincide com a crítica dessa sociedade com a refutação de suas ideologias, com a análise coerente de suas contradições”*. (p. 115)

Assim, para compreender as questões do tempo presente, partimos dos pressupostos da Lei geral da acumulação capitalista, que nos indica dentre outras coisas, que

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. [...] Esta lei transmuta o seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (MARX, 2003, p. 748)

A compreensão da categoria *Território* a partir da teoria marxista é possível na medida em que se compreende a própria dinâmica do capital, que segundo Harvey (2005), *“a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inviavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente, reforma o mundo em que vivemos.”* (p. 43)

Para que haja esta constante evolução, o progresso da acumulação depende dos seguintes fatores (formam as condições favoráveis à potencialização da composição orgânica do capital): A existência de um excedente de força de trabalho; a existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção e; a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

Segundo o autor, em cada um desses elementos de composição em determinadas fases da produção capitalista pode-se encontrar limites ou barreiras, que de forma aqui simplificada, resume-se à produção de crises cíclicas, que demonstram os limites do sistema em seu próprio processo de realização³.

Desse modo, ao elaborar formas de superação dessas fases um conjunto de estratégias para expandir e renovar a capacidade produtiva do capital se firmaram no decorrer da história, por ações combinadas para ampliação da capacidade de exploração da mais-valia, de recursos (meios de produção) e na capacidade de absorção de produtos. Harvey (2005) reforça os seguintes elementos: a) a penetração de capital em novas esferas de atividades; b) a criação de novos desejos e novas necessidades; c) a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo e; d) *a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial.”* (p. 48)

Portanto é fácil constatar que a expansão e apropriação geográfica e a organização espacial tem implicações diretas para o processo de acumulação, uma vez que *“Quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”*. (HARVEY, 2005, p. 48)

Nesta lógica, a condição espacial economicamente analisada, garante o ato de trazer o produto ao mercado, além de viabilizar a redução dos custos de circulação de mercadorias e assim, maior obtenção de lucros. Ademais, como afirma o próprio Marx, *“Quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”*. (MARX, 2003, p. 767)

Seguindo este percurso teórico-metodológico Henri Lefebvre, afirma que as cidades refletem o modelo de produção e de reprodução da sociedade, por isso não guardam somente as “propriedades essenciais do capital”, mas as amplia de forma mágica (2001).

Para compreender esta afirmativa, basta observar como a dinâmica econômica e política das cidades ocorre de modo a acentuar as diferenças explícitas entre os *Territórios*. Harvey (2005) aponta como este processo ocorre na escala global com a seguinte afirmativa

Para começar, o planeta nunca foi um palco uniforme, sobre o qual a acumulação do capital pode jogar seu destino. Foi (e continua sendo) uma superfície muito variada, com diferenças ecológicas, políticas, sociais, e culturais. Em diferentes fases de desenvolvimento, os fluxos de capital ocupam certos terrenos com mais facilidade que outros. Além disso, no embate com o mercado mundial capitalista, algumas formações sociais conseguem se adaptar, e se inserem agressivamente nas formas capitalistas

³ Tratam-se de crises cíclicas do capital, que expressam um desequilíbrio entre produção e consumo, que ocorre quando o capital alcança tamanho desenvolvimento da produção combinadas aos excedentes de forças produtivas ocasionando uma estagnação nas suas taxas de lucratividade, gerando as chamadas “crises”. Como referências Marx, O Capital Livro III, Chesnais (2005 e 2008).

relativas às trocas de mercado, enquanto outras formações não são capazes disso por diversos motivos e com consequências muito importantes. (p. 202)

Observamos as contradições do espaço urbano e sua ampliação, na medida em que se acentuam juntamente ao processo de desenvolvimento econômico, o crescimento exponencial das desigualdades sociais, que se expressam na divisão do espaço e no acesso aos seus recursos de forma coletiva e universal.

Na atualidade, este modelo de produção com base nas relações capitalistas de expansão e expropriação dos *Territórios*, tem como contexto a mundialização do capital que reproduz uma globalização desigual e totalitarista, nos termos de Milton Santos (2000). Sobre este processo Harvey (2009) é contundente, pois

O imperialismo do tipo capitalista surge de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista do poder. Essas duas lógicas se distinguem por inteiro, não podemos de modo algum reduzir-se uma à outra, mas se acham estreitamente entrelaçadas. Podem ser concebidas como relações internas uma a outra. Mas os resultados podem variar substancialmente no espaço e no tempo. Cada lógica faz surgir contradições que têm de ser contidas pela outra. (HARVEY, 2009, p. 149)

Nos países centrais, o desenvolvimento é garantido desde a década de 70 (fim dos anos gloriosos do capital), à custa da ampliação dos mercados e da produção, com uma superexploração do trabalho e do meio ambiente, sobretudo, em direção às economias até então, periféricas e subordinadas ao domínio econômico das nações desenvolvidas (Ásia, África, América Latina e Brasil). Para garantir a manutenção das altas taxas de lucro do capital, o Estado possui um papel central na regulação dos mercados e na política econômica por meio do ajuste neoliberal. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006)

Desde então,

Ao assinalarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. Impõem-se, assim, uma política de reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes capitalistas. (MARINI, 2005, p. 230)

Com este pressuposto, é possível compreender o ciclo de exclusão e segregação do espaço e as condições desiguais do acesso aos bens e serviços no território, que por sua vez, geram novos processos de expropriação e marginalização de segmentos populares ao *Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001). Os dados de realidade nos servem como confirmação das contradições existentes da cidade capitalista industrial, que se baseiam e se estruturam na base das relações econômicas.

Estas estratégias de controle do capital na escala internacional nesta fase de crise de acumulação e monetarização são sustentadas por um conjunto de medidas, combinadas de sustentação das estruturas de produção e reprodução no âmbito político, econômico e social, sobre esse processo sobre o Território, Harvey (2005) indica que

Freqüentemente, essas instituições mediadoras estão estabelecidas territorialmente, tendendo a esses territórios de modo importante. Essas instituições desempenham um papel chave na determinação de que tipos de trabalhos concretos e de tipos de relações de classes surgirão, e podem, às vezes, impor padrões de desenvolvimento geográfico desigual mediante seu controle sobre a constituição do capital e os fluxos do capital. (p. 204)

Este processo se materializa por meio de ações no plano regional e local, com aportes financeiros e técnicos e fomento de linhas de crédito do Banco Mundial e outras agências internacionais, que de acordo com interesses unilaterais do capital, direciona o fluxo da produção de “fora para dentro” dos territórios.

Como expressão do pensamento brasileiro para este debate, procuramos trazer de forma breve, a “clareza de posição” teórico-política em favor da transformação da sociedade, por meio das contribuições de Otávio Ianni e Milton Santos.

Trata-se de considerar neste debate “*O retorno ao Território*”, proposto por Milton Santos (2008) ao refletir as mudanças que ocorreram no último século, que acima de tudo evidenciam a natureza econômica e política do Espaço. Por isso recorre à história do desenvolvimento capitalista, a apropriação e expropriação das colônias, a formação e derrocada do Estado-nação para explicar a amplitude desta categoria, já que

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. É a partir dessa realidade que encontramos o território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidade e verticalidade. As horizontalidades serão domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processo sociais. (SANTOS, 2008, p.139)

O autor explicita que para compreensão das relações sociais e vida em sociedade, existe uma “lei geral” (elementos do Trabalho e sua forma de produção e reprodução da vida), e para a dinâmica espacial também há uma “dialética do território”, pois o território usado é humano. *Esta dialética se afirma mediante ao controle local “parcela técnica” da produção e um controle remoto da parcela “política” da produção.* (SANTOS, 2008, p. 141).

Em sua obra, este autor afirma que paralelamente o *Território* se apresenta como uma arena de movimentos cada vez mais fundados sobre uma lei do valor, que reúne tanto a produção presente de cada lugar como as possibilidades de sua superexploração e circulação para ampliação da lucratividade. Apontando para os mecanismos de financeirização que autor chama de “dinheiro global”, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna. Nas palavras do autor, este processo “*acaba por ser uma ação cega, gerando ingovernabilidades, em virtude dos seus efeitos sobre a vida econômica, mas também sobre a vida administrativa. No território, a finança global instala-se como regra das regras [...].* (SANTOS, 2010, 101)

Nesse processo, o conteúdo do *Território* como um todo e cada um de seus elementos e componentes muda de forma radical, pois se altera de modo a perder rapidamente seus traços de identidade em favor das formas externas de regulação e controle “*estranhos ao sentido local da vida*”.

Vale a pena recuperar o longo trecho abaixo, pois responde de certa forma a algumas das inquietações que nos atravessa, quando geralmente, há uma apropriação deste

importante autor em algumas produções do Serviço Social de modo a levar o leitor à uma dimensão subjetivista no tratamento do tema (do Local para o Global, sem as devidas mediações), questão que para nós fica em parte elucidada, na medida em que o autor recupera a noção de *“totalidade como uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elementos em elementos fundamental para o conhecimento e análise da realidade”*. (SANTOS, 2008, p. 113). E ainda, com a seguinte afirmação ao abordar elementos dessa totalidade sobre o território, como parte de suas muitas análises

Por intermédio dos mencionados pontos do espaço de fluxos, as macroempresas acabam por ganhar um papel de regulação do conjunto do espaço. Junte-se a esse controle a ação explícita ou dissimulada do Estado, em todos os níveis territoriais. Trata-se de uma regulação frequentemente subordinada porque, em grande número de casos, destina a favorecer os atores hegemônicos. Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem papel de integração com níveis econômicos e espaciais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, á que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. [...] Na situação acima descrita, instalam-se forças centrífugas certamente determinantes, com maior ou menor força, do conjunto dos comportamentos. E, em certos casos, quando conseguem contagiar o todo ou a maioria do corpo produtivo, tais forças centrífugas são, ao mesmo tempo, determinantes e dominantes. Tal dominância é também portadora da racionalidade hegemônica e cujo poder de contágio facilita a busca de uma unificação. (SANTOS, 2010, p. 107)

Portanto, as motivações e crenças do autor na organização da classe passa por uma reflexão das possibilidades de construção do sujeito histórico frente às contradições vivenciadas no espaço local, como forma de resistência e superação do instituído, na medida em que

Ao contrário das verticalidades, regidas por um relógio único, implacável, nas horizontalidades assim particularizadas funcionam, ao mesmo tempo, vários relógios, realizando-se, paralelamente, diversas temporalidades.

Trata-se de um espaço à vocação solidária, sustento de uma organização em segundo nível, enquanto sobre ele se exerce uma vontade permanente de desorganização, a serviço dos atores hegemônicos. [...] Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, pelos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemônicos, nos espaços banais se recria a idéia e o fato da Política, [...] (SANTOS, 2010, p. 111)

Milton Santos denuncia a perversidade da *inserção subordinada*, na qual os países latinoamericanos e o Brasil são colocados na dinâmica do grande capital mundializado e suas consequências desastrosas para a população e para nosso território. A esse processo denominado por ele de “Globalitarismo”, recai a barbárie e as mazelas dos milhões descartados na extensão dos territórios abaixo da linha do Equador.

Nesta esteira, seguimos com uma breve apropriação das contribuições de Octávio Ianni (2008) na discussão sobre o processo de “globalização”, onde o autor afirma que *“Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais*

às exigências da economia mundial. O Estado está se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional”. (p. 23)

O autor explicita o processo de ampliação da produção capitalista sobre os Territórios no decorrer da história desse modo de produção, indicando 03 (três) momentos cruciais: a) o modo capitalista de produção organiza-se em moldes nacionais revolucionando formas de vida e de trabalho locais; b) o capitalismo organizado em bases nacionais transborda fronteiras na busca de expansão do comércio e de condições para sua realização e potencialização da exploração máxima de sua composição orgânica; e, c) o capitalismo atinge uma escala propriamente global. Além de suas expressões nacionais [...] *Os processos de concentração e centralização do capital adquirem maior força, envergadura, alcance. Invadem cidades, nações continentes, formas de trabalho e vida, modos de ser e pensar, produções culturais e formas de imaginar. Muitas coisas desenraizam-se, parecendo flutuar pelos espaços e tempos do presente.* (p. 39)

Aponta para os grandes arranjos econômicos formados como um bloco de empresas multinacionais que extrapolam os limites geográficos e configuram um novo mapa geopolítico para a ampliação de formas de exploração de capitais. *No âmbito da sociedade global, há organizações públicas e privadas que estão não só produzindo e atuando como também tomando decisões e influenciando.* (p. 42)

Ianni (2008) demonstra de forma lúcida como em níveis diferenciados o Estado perde sua autonomia neste estágio histórico

[...] arranjos diferenciados, as organizações multinacionais, ou multilaterais, desenvolvem seus próprios desenhos do que podem ou devem ser as nações e continentes. Elaboram parâmetros rigorosos, técnicos, pragmáticos, fundados nos princípios do mercado, da livre iniciativa, da liberdade econômica, etc. Princípios que são sugeridos e impostos aos governos que pretendem ou precisam beneficiar-se de sua assistência, ajuda, direção. ‘As economias devem abrir à competição externa, retirar o estado de atividades que podem ser exploradas pela iniciativa privada, eliminar subsídios e desativar mecanismos de controle de preços. Precisam fazer tudo aquilo, enfim, que leve à desregulamentação. Em troca, estas economias contarão com ajuda das agências internacionais de crédito. Essa é uma das principais mensagens transmitidas pelo relatório anual de atividades do Banco Mundial (BIRD), a mais importante entre as agências financeiras internacionais. (p.43)

O autor remonta a trajetória do capital nos últimos anos e mostra como os impactos desse processo influenciam no processo que ele considera “desterritorialização”, na medida em que se perdem os elementos identitários e a autonomia sobre a decisão do lugar frente aos elementos macroeconômicos, em contra partida, pode-se abrir para novas possibilidades de re-organização. Por meio da crítica a suposta “neutralidade” das ciências, indica o absurdo do que chama de “boom de estudos comparativos”, com base em índices que se comparam entre si, criando uma distorcida leitura sobre a realidade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos neste percurso a importância a centralidade das lutas sociais e forças populares para organização de disputas sobre o Território e seus interesses, por isso é fundamental compreender a real dimensão deste debate. O aprofundamento das categorias de análise aqui delineadas, serviram de eixo condutor para o aprofundamento sobre a contribuição da teoria social crítica para o debate sobre Território, na perspectiva do serviço social crítico.

Ainda assim, prevalece a tendência de análise e aplicação fragmentada do tema do Território, explicitada nos argumentos até aqui arrolados, enfatiza-se a particularidade dissociada da análise da totalidade histórica como unidade dialética e contraditória da sociedade, o que leva a uma leitura linear e subordinada de desenvolvimento no horizonte capitalista, reforçando a noção comparativa entre os Territórios, aprisionada ao velho etapismo tão apregoado nos quadros do liberalismo clássico, tão favorável à hegemonia burguesa e ao discurso neocolonizador e imperialista. Esses atributos são extremamente convenientes ao neoliberalismo, uma vez que

Os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas na criação das infra-estruturas necessárias ao clima de negócios favorável. Assim, a neoliberalização abre possibilidades para que eles melhorem sua posição de competição internacional mediante a criação de novas estruturas de intervenção do Estado (com apoio a pesquisa e desenvolvimento) (HARVEY, 2008, p. 82).

Destacamos que o desenvolvimento deste debate é bastante denso e repleto de mediações, por isso aqui buscaremos apenas travar um breve diálogo os autores de referência para aproximações teóricas para uma formulação acerca da concepção do *Território*, nesse difícil processo de construção de um referencial analítico-crítico, capaz de *desvendar as ciladas teórico-práticas e apontar caminhos* mais seguros na abordagem deste tema complexo e pouco explorado entre nós.

A defesa da direção social de nossas produções é fundamental, sob o risco de sérios retrocessos na profissão, passando pela negação do legado crítico e político de defesa da classe trabalhadora e seus interesses, conduzindo o “futuro em direção ao passado” de conservadorismo hegemônico no serviço social. Enfim, a relevância de aprofundarmos as reflexões acerca do Território e sua apropriação no Serviço Social, se apresenta na medida em que buscaremos efetivar nesta produção, que está em fase inicial, rumando para uma “*vigília crítica*”, aceitando o desafio colocado por Iamamoto, que diz

Em outros termos, o Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário agora realizar a “viagem de retorno à profissão” para reconstruí-las nas suas múltiplas relações e determinações do “concreto pensado”. (IAMAMOTO, 2007, p. 240)

6. REFERENCIAS

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil**. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social. v. 02. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHESNAIS, François (et al.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

ENGELS, F. **Obras escolhidas. Vol 2.** Tradução Almir Matos. Estado da Guanabara (Rio de Janeiro): 1961.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global, 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **A produção capitalista do espaço.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O novo Imperialismo.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil.** In Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea. nº 21. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2008.

_____. **O serviço social em tempos de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octávio. **A sociedade global.** 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

JAMESON, Frideric. **Pós modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ática, 1996.

LEFREBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O Direito à Cidade.** 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre o Estado na América Latina (1991).** In STÉDILE, João Pedro e TRANSPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I Vol. II.** 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. **O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea.** In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (org). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005

_____. **Introdução ao método na teoria social. In Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço.** 4 ed. São Paulo: USP, 2005.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: USP, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SIMIONATTO, Ivete. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.